

MULHERES NEGRAS NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO: VISIBILIDADE EM MEIO AO PRECONCEITO DE RAÇA E GÊNERO

Flávia de Almeida Moura¹

José Ferreira Junior²

Jesilene Correa e Silva Coelho³

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de promover reflexões sobre a presença da mulher negra no telejornalismo brasileiro. A partir de uma pesquisa conceitual e do levantamento teórico sobre questões históricas, racismo estrutural, duplo preconceito, barreiras enfrentadas na educação e no mercado de trabalho, como também os estereótipos existentes nos meios televisivo e jornalístico, o estudo busca compreender como se dá a visibilidade das profissionais negras nesse contexto, assim como trazer casos de destaques nacional e internacional em que houve ocorrência de manifestações discriminatórias de raça e gênero, evidenciando a necessidade de maior participação na luta por mudanças de cenário.

Palavras-chave: Telejornalismo. Visibilidade. Preconceito. Mulheres Negras.

INTRODUÇÃO

A televisão é um dos veículos de comunicação mais populares do mundo. Em meio a outros adventos tecnológicos, ela se faz presente na quase totalidade dos lares brasileiros (IBGE 2019), sendo uma das principais ferramentas de comunicação. É o meio em que a imagem permeia a vida das pessoas, usando de grande influência no cotidiano social.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do IBGE (2019), a TV se faz presente em 96,3% dos domicílios pesquisados, sendo proporcionalmente 97% em área urbana e 91,6% em área rural. As Regiões Sudeste e Sul apresentaram 97,7% e 97,4%, respectivamente, e a Região Norte apresentou a menor proporção, 91,6%.

Pierre Bourdieu (1997) identifica a televisão como sendo uma criação da realidade, devido à forte influência que detém sobre a vida das pessoas, tomando-a como um veículo

¹ Doutora em Comunicação pela PUC-RS. Professora do Departamento de Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado profissional da UFMA.

² Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC SP. Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMA e Programa de Pós-Graduação Profissional em Comunicação.

³ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Estácio de São Luís (2012).

em que as categorias da comunicação são cominadas, em que existe um conjunto de efeitos pré-determinado. Sua presença acaba por influenciar uma cultura de massas, assim como pode manipular, persuadir e mobilizar camadas sociais de acordo com suas pretensões.

A partir dessa perspectiva, é possível entender que este veículo reproduz dimensões materiais e simbólicas, e como tal, pode contribuir para a perpetuação de disparidades sociais e raciais, quando dá visibilidade somente ao que entende como socialmente aceitável, assim como pode deixar de lado pautas de grupos subjugados.

Segundo Moroni e Oliveira Filha (2008), a hegemonia da imagem e da estética branca está presente em tipos de atividades que moldam um rotulado padrão social em diversos campos. No que tange ao jornalismo televisivo, a cultura do padrão estético “perfeito” na sociedade, personificada através da imagem branca na tela, pode acabar por sucumbir às expectativas de equidade social e racial.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 54% da população é autodeclarada negra. Em um país em que mais da metade da população é formada por negros, as oportunidades para essa população se mostram mínimas quando comparadas ao que é ofertado à população branca, e no campo profissional isso é bem notório.

Em *Tempestade Perfeita: sete visões de crise do jornalismo profissional*, a jornalista Luciana Barreto (2021) afirma que, mesmo no século XXI, percebe-se que no Brasil há uma “ínfima presença de profissionais negros na televisão, no comando de programas, nas reportagens ou nos bastidores”. Dessa forma, entende-se que o quantitativo destes profissionais vai de encontro ao mito da democracia racial (BARRETO, 2021, p. 128).

Segundo a pesquisa sobre o *Perfil Racial e de Gênero da Imprensa Brasileira* (2021), produzido pelo Jornalistas&Cia e pelo Portal dos Jornalistas, com apoio do Instituto Corda – Rede de Projetos, os negros compõem apenas 20,10% das redações e dos espaços jornalísticos brasileiros, número quase dois terços menor do que o apresentado pelo IBGE sobre a representação racial brasileira. O mesmo estudo aponta 63% do perfil composto por homens e que somente 36,60% são mulheres, o que nos leva a pensar na desigualdade existente de gênero também.

Entendendo que o percentual tanto de negros quanto de mulheres é considerado

pequeno no jornalismo, qual a quantidade existente de mulheres negras na profissão? Há visibilidade para estas profissionais? Apresenta-se então a problemática quanto a visibilidade da mulher negra nesse âmbito, mais precisamente no telejornalismo, considerando a trajetória deste veículo comunicacional e seus padrões estéticos, sua ocupação majoritariamente masculina, e a interseccionalidade que atravessa o cotidiano feminino negro, o que acaba ocasionando impedimentos de ascensão em determinadas posições sociais.

O presente artigo se propõe a discutir, por meio de bases bibliográficas, a presença de jornalistas negras na televisão brasileira, fazendo um apanhado teórico e conceitual do telejornalismo e seus estereótipos, das marcas da escravidão para o povo negro, do duplo preconceito sofrido pela mulher negra e dos obstáculos enfrentados no mercado de trabalho.

Também tem o objetivo de apresentar a trajetória de jornalistas negras que se destacaram ao longo do caminho e que consolidaram sua imagem, mesmo em meio à dessemelhança racial nos ambientes percorridos. Apresenta, ainda, suas lutas frente às discriminações de gênero e raça.

1 TV, TELEJORNALISMO E ESTEREÓTIPOS

Desde sua chegada ao Brasil em 18 de setembro de 1950, e em seus mais de 70 anos de existência, a TV carrega consigo histórias e transformações, e possui uma longa caminhada com o telejornalismo, tornando-o como um de seus membros principais. Na extinta TV Tupi, em São Paulo, o primeiro telejornal foi o “Imagens do dia”, porém, foi o Repórter Esso (advindo do rádio) o primeiro noticiário a ganhar notoriedade.

Rezende (2000) explica que a televisão foi tida como um dos principais meios para integrar o homem à sociedade desde o seu advento, já que através dela, os indivíduos exerciam o direito à informação e sentiam-se de fatocidadãos, a partir do conhecimento do que ocorria na sociedade. Intrínsecamente ligado aos interesses políticos e econômicos, o veículo sempre foi cercado por disputas devido à sua capacidade de amplitude, determinando os fatos que são ou não de relevância social.

A concentração do poder nas mãos de grandes empresários, a disputa por domínios em meio à baixa instrução do brasileiro e o regime ditatorial existente na época eram questões

levadas em conta, além do simples ato de informar. Bourdieu (1997), faz duras críticas à televisão, mencionando-a como uma espécie de criação da realidade, “uma espécie de monopólio sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população”. O autor alerta para o poder de manipulação existente no meio, considerando que:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o queos críticos literários chamam o efeito de real, ela pode fazer ver e fazercrer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, to record, como repórter, implicase sempre uma construção social da realidade capaz de exerce efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização). (BOURDIEU, 1997, p. 15)

Já o telejornalismo se apresenta como um fenômeno social presente no cotidiano da população, e também, de instrumentalização do saber e do comportamento humano.

De acordo com Rezende (2000), os apresentadores eram escolhidos por sua capacidade de isenção, credibilidade e “boa aparência”. Os primeiros profissionais a aparecerem em tela foram homens brancos, perfil que se estendeu durante algum tempo. A imagem do telejornalismo e a ideia de credibilidade empregada na pessoa branca apontam para um cenário de exclusão de grupos sociais, como mulheres e negros, ocasionado por um passado de opressão e escravidão.

Após o jornal Repórter Esso, outros telejornais foram surgindo, e o avanço das tecnologias proporcionou a melhoria dos formatos e da estética jornalística empregada nos textos, nas imagens e nos vídeos exibidos. Porém, tardiamente (após mais de quatro décadas de existência), o telejornal brasileiro contou com a apresentação de uma mulher. Lilian Wite Fibe assumiu, em 1996, a bancada do Jornal Nacional (Rede Globo) ao lado de William Bonner, após a saída de Cid Moreira e Sérgio Chapellin.

Devido às mudanças surgidas, o “padrão global” de telejornalismo acabou influenciando outras emissoras, que também optaram por integrar mulheres às suas bancadas, sempre acompanhadas por um jornalista homem.

No entanto, é necessário ressaltar que, mesmo com a integração de mulheres como âncoras de jornal (o que parecia ser um espaço de inclusão), os telejornais continuaram refletindo o padrão de imagem eurocêntrico, onde se percebia apenas a presença de jornalistas - tanto homens quanto mulheres - decor branca. A cultura do “embranquecimento”

foi (e ainda é) presente na grande mídia, e o jornalismo acaba sendo um campo de perpetuação desse modelo inconsistente à realidade brasileira.

Depois de algum tempo, a bancada do Jornal Nacional começou a “mudar de cor” com a inserção de jornalistas fora da estética convencional. Heraldo Pereira foi o primeiro profissional negro a entrar no ar. Já a participação da mulher negra ocorreu por meio de Glória Maria. A presença da jornalista gerou certo estranhamento, e isso resultou em ataques racistas - os quais serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

O padrão de beleza atrelado diretamente aos indivíduos brancos e suas características fenotípicas, tendo o negro como feio, grotesco, afeta a raça, mas principalmente as mulheres negras. Sueli Carneiro (2003) alerta que

Em síntese, o quesito “boa aparência”, um eufemismo sistematicamente denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as aspirações dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, revelava em números, no mercado de trabalho, todo o seu potencial discriminatório. A questão política que decorre dessa realidade será a exigência de que o combate ao racismo, à discriminação racial e aos privilégios que ele institui para as mulheres brancas seja tomado como elemento estrutural do ideário feminista; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 121)

Mesmo passando por mudanças ao longo das últimas décadas na forma da difusão de informações, pelas transformações tecnológicas, na expressão e na construção de discursos e de imagens, percebe-se que ainda existem lacunas no que diz respeito às representações raciais na tela dos telejornais. Porém, a sociedade vem passando por movimentações salutares e exigindo mudanças de postura, em que todos os indivíduos desejam se sentir representados, principalmente nos meios midiáticos.

2 MARCAS DA ESCRAVIDÃO E DUPLO PRECONCEITO À MULHER NEGRA

Os negros foram exilados de sua pátria mãe, a África, e foram condenados à escravidão durante séculos por diversas sociedades em todo o mundo. No Brasil, o período escravocrata existiu até 1888, e traz vestígios que estão espalhados por todo o país. Preconceito, discriminação e exclusão são algumas das realidades enfrentadas até hoje no país. Discutir a respeito disso e rever nossa história é um dos caminhos para mudar essa situação.

Desde a chegada dos navios negreiros ao solo brasileiro, o processo de expansão europeia, quando os europeus começaram a ter contato com povos diferentes do ponto de vista cultural e fenotípico, fez com que estes estabelecessem uma hierarquia na qual eles próprios estavam no topo, e os outros grupos fossem distribuídos para a base da pirâmide

social. Os indivíduos negros foram racializados, ou seja, separados e discriminados por sua raça.

Com a abolição da escravidão no Brasil, no século XX, os negros receberam cartas para a liberdade. Foi um marco na história, mas isso não significou o fim das desigualdades. A partir de então, os negros, mesmo libertos, foram impedidos de vários atos na sociedade, como a privação do direito ao estudo, o impedimento de trabalhos remunerados e, a partir disso, a incapacidade de poder de compra.

As discriminações decorrentes do período escravocrata e ainda praticadas com base no racismo estrutural podem ser identificadas “nos mais diversos espectros sob os quais se vise compreender os entraves que persistem na estrutura da sociedade brasileira” (Bersani, 2018, p. 02). A divisão humana baseada por raça e as disparidades sociais ocasionadas por ela trazem consequências para a população negra até os dias atuais, nos mais diversos segmentos.

Silvio de Almeida (2018), traz a explicação desse racismo estrutural que compõe diversas ações impregnadas na sociedade. Segundo o autor, o racismo constitui as relações num determinado padrão de “normalidade” (no que diz respeito às normas estabelecidas). É uma forma de normalização do preconceito e da discriminação, um modo de estrutura social e de manutenção das relações e do poder hegemônico.

Já Lélia Gonzales (2020), um dos grandes nomes do feminismo negro brasileiro, defende que “sob a hegemonia do capitalismo monopolista” decorridos do período da escravidão, a população teve como consequência o espaço da subalternidade que impede a ascensão econômica e a equidade social.

É nesse sentido que o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. (GONZALES, 2020, p. n.p).

Quando associamos as práticas discriminatórias à população negra feminina, compreendemos um status de dupla subvalorização apontada por Sueli Carneiro (2003), assim como as questões pontuais do “intragênero” das mulheres negras, pois estas se encontram no ponto crítico das desigualdades de gênero e cor. Para a filósofa e feminista negra, existe uma hierarquia social que menospreza a mulher negra, mantendo-a em último lugar; e no topo, o homem branco.

[...] a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003, p.119).

Construir uma sociedade em que haja igualdade de gênero e de cor é algo complexo, mas não utópico. Nos últimos anos, as temáticas de equidade de direitos para os negros e as mulheres tem sido bastante discutida, mesmo caminhando em passos curtos. O conceito de empoderamento feminino, por exemplo, está cotidianamente presente na mídia, e tem gerado transformações.

Para Joice Berth (2019), o entendimento do conceito de empoderamento é uma das maneiras mais seguras para cessar opressões e projetar transformações no cenário social, principalmente para a mulher negra.

Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. (BERTH, 2019, posição 138)

O reconhecimento de seu real lugar na sociedade e suas potencialidades é fundamental para mudanças de perspectiva. Ascender a lugares ainda não alcançados têm sido (e devem continuar sendo) frequentes na luta contra a discriminação racial e de gênero.

3 EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

Visto que a mulher negra sofre preconceito duplicado em razão de sua raça e de sua cor, isso é refletido no mercado de trabalho. Embora constitua o maior grupo demográfico do país, acaba subrepresentada nas universidades e nos ambientes corporativos.

Segundo dados do IBGE (2018), apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior. Entre as pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completaram a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens. No entanto, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é quase três vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%), e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%).

Embora as mulheres (de modo geral) sejam maioria nas faculdades, elas ainda são pouco valorizadas no mercado de trabalho, e para a mulher negra, os desafios são ainda maiores. Dados da Pesquisa Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado

de trabalho (2020), realizada pela parceria da consultoria “Indique Uma Preta” e da empresa Box1824 na megalópole de São Paulo, apontam que a mulher negra enfrenta as piores condições de trabalho.

Enquanto parte da população negra (IBGE 2019), elas se fazem presentes nos 64,2% do grupo de desocupados e 66,1% do grupo de subutilizados. De acordo com a pesquisa mencionada no parágrafo anterior, 54% não exerciam trabalho remunerado e 39% estavam procurando emprego no momento.

Outro tópico aponta que 72% das mulheres negras não foram lideradas por outras mulheres negras nos últimos cinco anos de trabalho, contra 28% que foram. De todas as mulheres negras entrevistadas, nenhuma é CEO e apenas 2% é diretora no atual trabalho.

Algumas considerações podem ser feitas sobre essa situação. O duplo preconceito sofrido e o cenário social em que essas mulheres se encontram influenciam diretamente nos números apresentados.

Muitas delas moram em locais periféricos e são responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos, tornando sua inserção no campo acadêmico e no profissional bem mais complicada. Por outro lado, outra parcela consegue superar as dificuldades sociais e com esforço se capacitam, mas são preteridas nos processos de contratação das empresas.

Com base nessa pesquisa, existe também um pré-conceito de que as mulheres negras não possuem qualificação necessária para exercer determinados cargos. É comum que processos de contratação empresariais acontecem por indicação e não por processo seletivo. Considerando que a maioria dos empregados e detentores de poder nas relações de trabalho são brancos e possuem círculos sociais com pessoas brancas, isso coopera para a baixa inserção das profissionais negras nas corporações.

As questões estéticas também estão presentes como barreiras para a ascensão da mulher negra. No mercado de trabalho na TV e no Telejornalismo, podemos dizer que a ideologia da “boa aparência” ainda é pautada em sua maioria pelos padrões estéticos das pessoas brancas, favorecendo-as e mantendo a população negra como subalterna. Essa situação é conceituada por Sueli Carneiro (2003), que dá destaque à situação da classe feminina.

Dado que o campo jornalístico reproduz padrões socioculturais e, no caso brasileiro, tendo o racismo como um de seus elementos fundadores, faz-se necessário pensar esse

dispositivo de reprodução da subalternidade no jornalismo televisivo. No campo da comunicação, ele é uma das faces mais visíveis do processo de subalternização da mulher negra. Nossa investigação, com isso, visa articular teoricamente o processo de reprodução da ideologia racial através das representações das jornalistas negras.

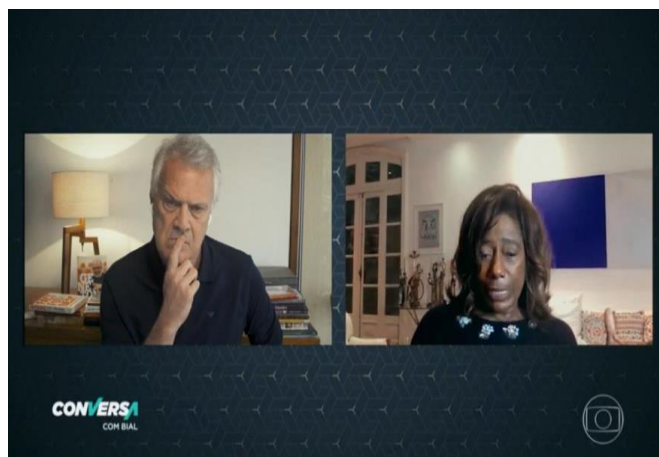
4 TELEJORNALISTAS NEGRAS E ATAQUES RACISTAS

A jornalista Glória Maria é um dos nomes de maior destaque no jornalismo brasileiro. Como já mencionamos neste trabalho, ela foi a primeira jornalista negra em um telejornal de destaque, o Jornal Nacional. Mas, durante a sua caminhada profissional, Glória passou por situações de constrangimento e hostilidade por causa de sua imagem e cor consideradas "inapropriadas" ao padrão estético social da época, que ainda está em processo de desconstrução na sociedade atual.

Em entrevista concedida em 18 de maio de 2020 ao programa *Conversa com Bial* na Rede Globo, Glória contou que se alegrou bastante por ocupar um lugar nunca antes ocupado pela população negra, mas que isso lhe gerou vários ataques racistas. Citaremos então o depoimento da jornalista quanto às mensagens que recebeu, por meio de cartas e telefonemas, em sua caminhada profissional.

Quando comecei a apresentar o Fantástico, recebia cartas de telespectadores: 'Como você, uma negra, está apresentando um programa? Esse lugar é de brancos'. Mas aprendi a enfrentar e nunca suportar. No meu tempo era eu, meu espelho, minha resposta e minha atitude. (Glória Maria)

Figura 01 - Em entrevista, Glória Maria fala sobre racismo e lembra momentos tensos cobrindo política. Programa *Conversa com o Bial* em 18 de maio de 2020.



Fonte: GloboPlay

No mesmo episódio, Pedro Bial ressaltou que a jornalista foi a primeira pessoa a evocar a Lei Afonso Arinos, primeira norma contra o racismo no Brasil. Em seguida, perguntou à Glória se o Brasil está menos racista hoje em dia. Ao que a jornalista respondeu:

O Brasil tá racista igual. A única diferença é que hoje as coisas ganham uma proporção maior porque você tem outros meios. Nada mudou. A discriminação continua igualzinha, as pessoas acham que hoje é pior, e não é não. Quem não gosta de preto é racista. Não adianta a Glória Maria apresentar o Jornal Nacional, o Globo Repórter, o Fantástico... Ela é negra? Então tem que ser discriminada, diminuída, porque as pessoas têm maneiras de exercitar esse racismo. Essas pessoas não percebem? Percebem, sim. Elas sabem que estão sendo racistas e gostam de ser. (Glória Maria)

Desenvolveremos aqui outros casos de mulheres negras de destaque no telejornalismo. Em 02 de junho do 2020, após o assassinato de George Floyd por um policial branco nos EUA, o programa “Em Pauta” da GloboNews colocou o assunto racismo para ser discutido. Porém, todo o elenco convocado foi de jornalistas brancos, o que gerou críticas imediatas na internet.

Após grande repercussão, a Globo emitiu nota de retratação com o público, reproduzindo, no dia seguinte, a temática com elenco de sete jornalistas negros, tendo como mediador do debate o jornalista Heraldo Pereira.

As jornalistas escaladas foram: Zileide Silva, Flávia Oliveira, Maju Coutinho, Aline Midlej e Lilian Ribeiro. O Programa foi caracterizado pela luta contra o racismo, e evidenciou vivências e histórias das comentaristas. Heraldo Pereira explicitou em sua fala inicial a importância de um painel com mulheres negras jornalistas para tratar dessa natureza, e contar um pouco das experiências vividas por elas em contextos racistas.

Figura 02 - Painel de comentaristas e mediador negros no Programa “Em Pauta” da GloboNews, sobre a temática do racismo. Reproduzido no Globo Repórter em 05 de junho de 2020.



Fonte: GloboPlay

A jornalista Zileide Silva relatou que, quando foi repórter da TV Cultura de São Paulo, cobriu uma pauta na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na ocasião foi tratada com indiferença pela secretária do local, que cumprimentou o restante da equipe (formada por brancos), e a desconsiderou por possivelmente achar que não era ninguém de “importância”. Após a chegada do presidente da Fiesp, que a abraçou e falou da satisfação em recebê-la, a secretária ficou sem reação. Em resposta a isto, Zileide declarou:

Eu levantei o nariz, porque não dá pra aceitar esse tipo de situação em nenhum momento. Eu falo isso, porque eu quero que colegas negras e colegas negros como eu saibam que não dá jamais pra abaixar a cabeça em nenhum momento e nenhuma hipótese. Mas eu nunca esqueci esse momento.

Casos como este são bem corriqueiros na vida do povo negro, e com a mulher negra, isso é ainda mais latente. Não ter o reconhecimento de seu lugar por parte de pré-julgamentos lançados em vista de sua cor ocorrem constantemente. Questões como capacidade intelectual, comprometimento e profissionalismo são muitas vezes desassociadas dessas mulheres.

Aline Midlej também contou sobre alguns casos de racismo que viveu na vida e também na profissão. A jornalista lembrou que no início de sua carreira, quando ainda atuava na produção dos telejornais, decidiu fazer a transição para o vídeo, ou seja, atuar como repórter/apresentadora. O seu então chefe sugeriu que para que isso acontecesse, ela deveria passar por algumas mudanças, pois existiam algumas características (fenotipicamente falando) que não “caberiam” bem, como por exemplo, o seu cabelo natural.

Ele falou: “Aline, eu só acho que a gente precisa mudar algumas coisinhas”. Eu perguntei em que sentido. E ele: “Não, só algumas coisinhas. Você sabe, você é bonita, tem presença, sua voz é boa, mas o cabelo eu acho que não vai bater, não vai ser bem assimilado isso”. E eu respondi: “Então não é aqui que eu vou começar (...)”. Fico até hoje me perguntando quando ele me vê no ar, o que será que ele sente, até porque me procurou depois disso outras duas vezes pra que eu voltasse a esse canal.

A situação ocorrida com Aline Midlej vem realçar as estratégias de branqueamento que ainda são presentes na sociedade. Os estereótipos empregados ao padrão de beleza é comumente atribuído aos indivíduos brancos, gerando estranhamento às características do povo negro, sobretudo à mulher negra. No exercício de uma profissão em que a imagem dá sentido às coisas, a jornalista negra ainda enfrenta situações que a

confrontam para submissão a determinadas mudanças e convenções estéticas, a fim de ser enquadrada em uma referida “normalidade social”.

Assim como Aline Midlej e Zileide Silva, Lilian Ribeiro revelou que sofreu algumas vezes com olhares preconceituosos em sua prática profissional. A jornalista contou que utiliza da tática de sempre chegar em determinados lugares com microfone em punho, para demonstrar que está ali para exercer sua profissão. Segundo o seu depoimento, este ato representa a mensagem de que “sim, tô aqui pra te entrevistar e discutir temas relevantes com você, e sou também uma mulher negra”. Lilian ainda complementou: “Esse olhar que nos acompanha, e muitas vezes nos acompanha dentro das lojas também, esse olhar pra mim é a marca do racismo à brasileira”.

São exemplos como esses que mostram como o povo negro precisa triplicar seus esforços frente à uma sociedade racista e intolerante, pesando ainda mais a carga sobre a mulher negra. Outro exemplo emblemático e bastante disseminado é o de Maria Júlia Coutinho (Maju), que atualmente apresenta o Fantástico. Em 2015, em uma de suas aparições como “Garota do Tempo” no Jornal Nacional (JN), houve uma enxurrada de manifestações racistas na página oficial do telejornal no Facebook. Foram comentários com as mais diversas palavras e xingamentos que visavam humilhar e diminuir Maju.

Figura 03 - Maria Julia Coutinho sofre ataques racistas na página do JN no Facebook



Maria Julia Coutinho é xingada no Facebook Foto: Reprodução/Facebook

Fonte: Site “O Globo”.

Após os ataques na internet, a equipe do JN mobilizou a hashtag “#somostodosMaju” em resposta às atrocidades colocadas na rede. William Bonner, Renata Vasconcelos e a equipe do telejornal iniciaram o movimento a partir de um vídeo gravado nos bastidores do estúdio.

Eles mostraram um cartaz e gritaram: "Somos Todos Maju". De acordo com o portal G1, a hashtag chegou ao topo dos tópicos mais comentados no Twitter.

Figura 04 - William Bonner, Renata Vasconcellos e equipe do Jornal Nacional levantam a hashtag “#somostodosMaju”, em resposta aos ataques direcionados à jornalista no Facebook.



Fonte: Portal G1.

Em resposta aos ataques, Maria Julia agradeceu às mensagens de carinho do público, e disse estar feliz pelo sentimento de combate ao racismo que foi gerado. A jornalista ainda destacou que, “preconceituosos ladram, mas a banda passa”. Assim tem sido o cotidiano de muitas mulheres negras no Brasil. Mesmo que algumas já estejam preparadas para encarar este cenário, outras tantas sofrem traumas diários por situações discriminatórias e vexatórias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste artigo, pretendemos evidenciar a visibilidade da mulher negra no telejornalismo. Para entender mais desse campo, buscamos referencial teórico desde às marcas deixadas pela escravidão ao povo negro, a situação da mulher negra na educação e no mercado de trabalho e suas lutas de gênero e raça, questões de estereótipos na televisão e no telejornalismo, até chegarmos aos exemplos de ataques racistas sofridos por jornalistas negras.

Compreendemos que (pelas bases teóricas utilizadas e pelos exemplos empregados), mesmo em meio às transformações existentes na sociedade atual, o preconceito de gênero e o racismo estrutural ainda são impedimentos para uma maior presença da mulher negra

na sociedade, e consequentemente, no campo profissional. Os exemplos trazidos neste estudo refletem o distúrbio social ainda vivido. As mulheres negras são historicamente mais prejudicadas do que homens brancos e mulheres brancas. No que se refere à raça, mais ainda que os homens negros.

Os ataques racistas sofridos demonstram a urgência de interrupções de um ciclo nocivo de racialização. Porém, é importante ressaltar que, em meio aos adventos tecnológicos e uma maior participação social no debate, é necessária a partilha no combate ao preconceito racial, o que coopera para atitudes de resistência em meio a cenários adversos.

A baixa visibilidade da mulher negra no telejornalismo é algo que deve ser trabalhado com maior intensidade para provocar mudanças de cenário. Há a necessidade de trabalharmos o jornalismo como instituição de poder para lançar questionamentos sociais e promover inclusões, constituindo assim, disrupturas sociais emergentes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. MACHADO, Maria Lucia (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil. População: cor ou raça. 2019**. Disponível em:

<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/>>. Acesso em: 02 fev 2022.

IBGE. **Uso de internet, televisão e celular no Brasil**. 2019. Disponível em:

<[https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#:~:text=De%20todos%20os%20domic%C3%ADlios%20pesquisado s,indicador%20\(97%2C7%25\)>](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#:~:text=De%20todos%20os%20domic%C3%ADlios%20pesquisado s,indicador%20(97%2C7%25)>)>. Acesso em: 8 fev 2022.

MORONI, Alyohha de Oliveira e OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Estereótipos no telejornalismo brasileiro: identificação e reforço**. 2008. Disponível em: <<https://bocc.ubi.pt/pag/moroni-alyohha-oliveira-elza-esteriotipo-no-telejornalismo.pdf>> Acesso em: 14 dez 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. In: RIBEIRO, Djamila (org). **Feminismos Plurais**. São Paulo: Editora Pólen, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (org.). 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2020. Disponível

em: <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>> Acesso em: 18 dez 2021.

Berth, Joice. Empoderamento. In: RIBEIRO, Djamila (org.). **Feminismos Plurais**. São Paulo: Editora pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>>. Acesso em: 24 jan de 2022.

Perfil Racial e de Gênero da Imprensa Brasileira. 1. Ed. 2021. Disponível em:

<<https://perfilracial.portaldosjornalistas.com.br>>. Acesso em: 15 jan 2022. REZENDE,

Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. Summus Editorial, 2000.

BERSANI, Humberto. **Aportes Teóricos e Reflexões Sobre o Racismo Estrutural no Brasil**.

Extraprensa, São Paulo: v. 11, n. 2, p. 175 – 196, jan./jun. 2018. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/extraprensa2018.148025>>. Acesso em: 10 fev 2022.

BLACK WOMEN IN BRAZILIAN TELEJOURNALISM: VISIBILITY AND RESISTANCE IN

THE FACE OF RACE AND GENDER PREJUDICE

ABSTRACT

This article aims to promote reflections on the presence of black women in Brazilian television journalism. From a conceptual research and theoretical survey on historical issues, structural racism, double prejudice, barriers faced in education and in the job market, as well as the existing stereotypes in television and journalistic means, the study seeks to understand how visibility is given. of black professionals in this context, as well as bringing cases of national and international prominence in which there were discriminatory manifestations of race and gender, highlighting the need for greater participation in the struggle for changes in the scenario.

Keywords: Telejournalism. Visibility. Prejudice. Black Women.

MUJERES NEGRAS EN EL TELEPERIODISMO BRASILEÑO: VISIBILIDAD Y

RESISTENCIA FRENTE A LOS PREJUICIOS DE RAZA Y GÉNERO

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo promover reflexiones sobre la presencia de mujeres negras en el periodismo televisivo brasileño. A partir de una investigación conceptual y un relevamiento teórico sobre cuestiones históricas, el racismo estructural, el doble prejuicio, las barreras enfrentadas en la educación y en el mercado laboral, así como los estereotipos existentes en los medios televisivos y periodísticos, el estudio busca comprender cómo se da

la visibilidad del negro. profesionales en este contexto, así como traer casos de trascendencia nacional e internacional en los que hubo manifestaciones discriminatorias de raza y género, destacando la necesidad de una mayor participación en la lucha por cambios de escenario.

Palabras clave: Teleperiodismo. Visibilidad. Mujeres negras.

Recebido em: 04/10/2022

Aceite em: 12/12/2022